

AS INVARIÂNCIAS DA PERCEPÇÃO DIRETA E O AUTO-ENGANO FATUAL

Sônia Ribeiro MORAIS¹

Resumo: O objetivo desta análise é relacionar o auto-engano fátual, tido como uma falha perceptiva, com as invariâncias, ou seja, estruturas estáveis apresentadas pela perspectiva da percepção direta. O enfoque do presente trabalho está no campo da percepção, entendendo por ela, a relação imediata e consciente entre organismo e meio-ambiente, através da qual, o organismo obtém informações para sua sobrevivência. Com a finalidade de delimitar a análise, dentre os sentidos da percepção, enfocaremos o da visão, devido à importância que o ser humano lhe atribui.

Palavras-chave: auto-engano fátual; invariâncias e variâncias; percepção direta.

Por auto-engano fátual², compreendemos a disposição do sujeito afirmar sobre um fato incorretamente devido à sua percepção distorcida. O indivíduo distorce os fatos por estar motivado a fazê-lo, embora não esteja consciente da motivação, e nem mesmo da ação de "distorcer". O auto-engano fátual, segundo Arruda (Identidade pessoal, papel social e auto-engano valorativo,

¹ Mestre em filosofia pela UNESP – Docente da FAC-FEA, CEP 16015-280, Araçatuba (SP)

² É importante explicar que não há somente o auto-engano fátual. Há também o auto-engano valorativo em que a insinceridade do sujeito consigo mesmo está no valor, provavelmente imaginário, que ele atribui a uma determinada coisa. Nesta reflexão o auto-engano valorativo não será analisado porque não está diretamente vinculado à percepção e sim a estados mentais como sentimentos, interesses, deveres, ideais e outros mais, relacionados à atribuição de valores e conseqüente escolhas e ações.

. p.2) é também denominado de auto-engano proposicional, pois aparece como proposição descritiva de alguma coisa, fato ou evento.

Arruda, em seu texto “Uma análise do auto-engano fatural”, publicado na obra *Encontro com as ciências cognitivas* de 1998 (p. 169), define auto-engano fatural da seguinte forma:

Um sujeito S está em auto-mentira fatural em relação a P no momento t se e somente se: (1) S tem a disposição de afirmar P; (2) S tem, em algum grau, dúvidas sobre a verdade de P; e (3) o seu afirmar P não é um caso de mentira interpessoal propriamente dita.

Portanto, para haver auto-engano fatural é preciso: 1) que o sujeito *afirme* algo incorretamente. Isto porque a mentira ou a insinceridade não está no desejo. Segundo Arruda (1998), o estado mental de desejar existe ou não existe, mas não pode ser sincero ou insincero. O desejo é apenas motivação; a ação é que se caracteriza qualitativamente como sincera ou insincera. A segunda característica do auto-engano fatural é que, embora o sujeito *afirme* com convicção sobre um fato, há uma leve dúvida que persiste, forçando-o a reafirmações constantes. A terceira característica apresenta esta dúvida como resultante do indivíduo não estar mentindo apenas para alguém, mas também para si mesmo. Portanto, de alguma forma, ele sabe que sua afirmação é incorreta, porém não se sente motivado a revisá-la.

Mesmo estando o sujeito a afirmar ou negar sobre um fato, é possível que os outros reconheçam seu engano. Isto porque o fato ou evento ocorre realmente, e pode ser registrado como um acontecimento. Não é mera idéia ou especulação. Mas, de acordo com Hannah Arendt, em sua obra *A condição do homem moderno*, p.287, não há garantia alguma que o registro de um fato

permaneça intacto após suas distorções e, mesmo, tentativa de eliminá-lo. Os fatos ou eventos podem ser distorcidos pela opinião de quem os vê, os vivencia, ou mesmo os interpreta, adaptando-o às suas ideologias, interesses ou crenças. Este erro é iniciado com o sujeito detectando imprecisamente a ocorrência, a seguir, manipulando inconscientemente as opiniões e, por fim, desvirtuando, sem que saiba, o próprio fato. Esta conseqüência, de acordo com o nosso ponto de vista, é uma boa razão para a análise do auto-engano fátual.

Arendt, na mesma obra, ao analisar a verdade fátual na política, afirma que apenas os enfoques de interesse no desvirtuamento da verdade fátual mudaram ao longo da história, porém a própria distorção sempre se manteve. Um fato de relevante importância pode desaparecer por um longo período (anos, décadas ou mesmo século, dependendo o regime político) distorcido por opiniões. A recuperação de dados fatuais nos arquivos históricos, deixado por alguma consciência crítica, deve-se às evidentes lacunas ou falta de coerência quando analisado em algum momento histórico posterior, o que obriga o revisionista a buscar outros dados.

A característica não conclusiva dos fatos em si mesmos diz Arendt, p. 300, permite tais distorções. Ou seja, os fatos não se auto-justificam; eles só têm sentido ao serem colocados em um contexto interpretativo que nem ao menos é a única possibilidade (Arendt, 1961, p.308-9). Citando Arendt, (1961, p. 301):

É verdade que em retrospecto – isto é, em perspectiva histórica –, toda seqüência de eventos aparece como se não pudesse ter acontecido de outra forma, mas isso é uma ilusão óptica, ou melhor, existencial: nada poderia jamais acontecer se a realidade não matasse, por definição, todas as demais potencialidades inerentes a uma dada situação.

Assim, os fatos estão a mercê das emoções que formam a opinião da maioria em determinados momentos históricos. Mas isso não quer dizer que não haja uma interpretação mais correta. Embora as interpretações possam ser manipuladas, há um encadeamento de fatos que exige coerência interpretativa. Como também, uma mentira na interpretação acarreta outras, numa seqüência, cujo fim é imprevisível, mas geralmente, fantasioso.

Daniel Goleman, em sua obra *Mentiras essenciais, verdades simples* (p. 97-99), cita como exemplo a análise de Ulric Neisser (em seu artigo John Dean's Memory: A Case Study, *Cognition* 9, 1981, 1-22), sobre o depoimento de John Dean, Secretário de Estado de Nixon, no caso Watergate. Goleman revê a parte do depoimento que se refere ao encontro de Dean com Nixon e Haldeman no Gabinete Oval em 15 de setembro de 1972. O que Neisser constata, é que somente "o espírito da conversa" entre esses homens, foi lembrado com precisão por Dean. Ou seja, ele retratou o encontro, mas distorceu os fatos, isto é, o conteúdo da conversa, com o objetivo de se favorecer.

O grande paradoxo do auto-engano fatural, que o distingue das outras mentiras, é o mentir do sujeito para si mesmo. Podemos perguntar como é possível alguém mentir para si mesmo, já que para tal feito é preciso que saiba sobre os fatos. Este problema foi muito investigado nas décadas de 60 e 70 por algumas ciências, entre elas a Psicologia. Porém, de modo geral, as pesquisas mantiveram a perspectiva da tradição representacionista, na qual a percepção resulta, em primeiro lugar, da sensação motivada pelo estímulo do meio em contato com o sujeito: num segundo momento, há o processo de reconhecimento proporcionado por estruturas mentais organizadoras destas sensações que, antecipadamente, reprimem a conscientização de fatos que causam angústia e ansiedade.

Partindo do princípio em que a percepção visual não depende de esquemas mentais para intermediar a sensação e a percepção, e que nem mesmo existe uma separação entre elas (são partes de um mesmo processo, com diferença

apenas de graduação). segundo Gibson, em sua obra *The ecological approach to visual perception*, acreditamos que pode haver uma explicação coerente na perspectiva da percepção direta que justifique a mentira do agente consigo mesmo.

A estrutura do processo do auto-engano fátual apresenta-se como repressão e defesa, em que lapsos de memória e falhas na percepção, alteram ou eliminam um fato. Porém, segundo o enfoque da percepção, direta que procuramos apresentar, não há necessidade de esquemas representacionais para reter o que queremos esquecer, e outros esquemas que substituam o reprovado por nossas emoções. Parece-nos possível entender o auto-engano fátual, como um estado disposicional do indivíduo que cria desvios à sua percepção, produzindo uma experiência perceptiva enganosa. O estado disposicional pode ser caracterizado como forças ou propensões que possibilitam a ocorrência de algo, quando condições adequadas se apresentam (Morais, 2000, p.86). Quando Dean mente sobre elogios que recebeu de Nixon, ao alertá-lo de que o caso poderia ser revelado algum dia³, ele está pré-disposto a relatar sobre fatos que contribuam com sua auto-estima. Ele não está preparado para aceitar seus erros de conduta do caso.

Assim, o estado disposicional do indivíduo predisposto psicologicamente a não aceitar certos fatos que o incomodam, não permite ao indivíduo afirmá-los como os detecta. Em outras palavras, se forças psicológicas que atuam no estado disposicional do sujeito criarem barreiras à sua percepção, ele a distorcerá quando afirmar, não só para os outros, como para si mesmo.

Por forças psicológicas, entendemos as emoções (como ansiedade, medo e angústia) que causam, em algum grau, impacto sobre as pessoas. Essas emoções delineiam o estado disposicional do indivíduo, habilitando-o a prevenir-se para possíveis fatos que lhe provocariam dor, se viessem a ocorrer. Como

³ As provas apresentadas no processo demonstram que ele não alertou Nixon

essa prevenção do estado disposicional não é suficiente para impedir que os fatos sucedam e sejam percebidos, então, gerará uma distorção no ato conseqüente à percepção para se evitar a dor. A ação distorciva, por sua vez, não estando de acordo com a condição orgânica do sujeito perceptivo que se inter-relaciona com o meio no qual está inserido, levará o sujeito que está em auto-engano a sentir algum mal estar, uma sensação de incerteza. Desta forma, podemos dizer que o auto-engano é um desajuste expresso na ação efetiva do indivíduo entre suas *affordances*⁴ e as do meio ambiente. Mesmo estando John Dean diante de fatos que não confirmavam seu depoimento, ele o manteve procurando reforçá-lo através da narração detalhada e imaginosa de outros fatos. Através de tal desempenho procurava assegurar a si e aos outros que sua memória era precisa.

Em nossa concepção, está na relação indivíduo/meio, nas disponibilidades ou *affordances* do indivíduo e do ambiente a causa da dúvida, do incômodo provocado pela incoerência da auto-mentira. Mais especificamente está na incoerência entre as invariâncias das macro-estruturas dos estímulos informacionais que se apresentam como realmente são, e as defesas do sujeito que as percebe. A disposição do indivíduo em afirmar o que quer crer contrapõe-se aos fatos. Desta forma, não havendo alterações dos fatos no meio e o indivíduo continuando a perceber o que ocorre a sua volta, dificilmente ele acreditará plenamente no que afirma. Mas manterá a assertiva porque seu estado disposicional criou tal defesa.

Para melhor compreensão da hipótese que estamos apresentando achamos importante expor a noção de invariância do processo perceptivo

⁴ Segundo Lombardo (1987, p. 347) Gibson compreende o conceito de *affordance* como a relação de complementaridade que se estabelece entre um organismo e o seu meio-ambiente, frente aos constantes eventos. As *affordances* proporcionam certas predisposições no organismo desde que certos fatos ocasionais ocorram.

segundo Gibson, já que nos baseamos em sua obra como referência à percepção direta.

Na obra de Gibson, *The ecological approach to visual perception*, ele descreve a percepção visual do meio-ambiente como um processo que ocorre no organismo inserido no meio-ambiente, formando um único sistema. Isto significa que a análise de Gibson é macroscópica e ecológica.⁵

A percepção visual para Gibson ocorre no mundo visual, ou seja, no mundo externo ao observador, mas em que ele encontra-se inserido. O mundo visual é a percepção que o organismo tem das informações invariantes (as estruturas estáveis no arranjo de luz ambiente percebidas na relação organismo/meio) dentro de uma organização composta por elementos variantes e invariantes do meio ambiente e mais o próprio organismo que constitui o sistema exploratório.

As invariâncias do meio-ambiente são as características constantes do meio, como por exemplo, o chão no ambiente terrestre, o qual todos os organismos têm como apoio ou referência. Por outro lado, um exemplo de variância neste mesmo meio são as diferenças nas formas do relevo deste chão. Porém, mesmo havendo contrastes na superfície, há uma certa persistência e constância nas dimensões e regularidades espaciais. Portanto, as variâncias e invariâncias estão entrelaçadas, o que possibilita a distorção da percepção. Um exemplo de auto-engano fátual resultante deste entrelaçamento de variâncias e

⁵ A ótica ecológica apresentada por Gibson difere das óticas física, matemática e da fisiologia. Ela tem como base as distinções entre “corpo luminoso [que tem luz própria] e não luminoso [que recebe luz de outro corpo luminoso]; entre luz como irradiação [luz que irradia a partir de um ponto espalhando-se pelo médium] e luz como iluminação [são os raios de luz que convergem de todos os lados com diferentes intensidades (p. 50)]; entre luz que irradia, que propaga externamente a partir de uma origem e luz ambiente, que vem de um ponto no médium onde um olho pode estar estacionado” (p. 47); entre luz que não possui estrutura e luz estruturada; e por fim, entre luz que vem de átomos e retorna aos átomos e luz que depende de um meio ambiente de superfícies (p. 51).

invariâncias é o caso narrado também por Goleman (1979/1986, p. 18), a respeito de um oficial alemão na Segunda Guerra, que não acredita na informação sobre um bombardeiro inimigo abatido em território alemão. Ele não estava capacitado a aceitar que o inimigo possuísse uma arma de longo alcance que poderia interferir em suas estratégias da guerra. Neste caso, o oficial desconsidera a informação, atribuindo-a a um erro de reconhecimento do avião abatido. Naturalmente seus subordinados estavam capacitados a reconhecer um bombardeiro, mas estavam enganados quanto ao tipo de avião e mesmo de seus dados. Portanto, ele prefere alterar o fato (o bombardeiro inimigo abatido), a enfrentar a angústia das conseqüências do fato.

Quando o organismo visualiza o mundo que o rodeia, o significado das coisas ou dos objetos que ele detecta está na “informação disponível” (Gibson, 1979/1986, p. 47), na luz estruturada que chega a ele. A estrutura da luz é formada pelas diferenças, principalmente de intensidade, que a luz ambiente contém em suas várias direções. A luz ambiente estruturada é denominada por Gibson de *arranjo óptico ambiente (ambient optic array)*.⁶ Para melhor compreendermos o que significa arranjo óptico ambiente, é preciso distinguirmos os elementos que compõem o meio-ambiente terrestre e celeste dos componentes do arranjo óptico do meio-ambiente. Enquanto os componentes do meio ambiente são montanhas, rios, vales, estrelas, nuvens, etc., os do arranjo óptico ambiente são os ângulos visuais formados entre o observador e os componentes do meio ambiente (por exemplo, entre o homem que vê a montanha).

⁶ O conceito de arranjo óptico ambiente apresentado por Gibson, 1979/1986, p. 212: “consiste em ângulos sólidos visuais adjacentes, cada ângulo sólido tendo sua base em um aspecto ou face ou faceta do layout do meio ambiente, sendo os mesmos aspectos ligados (como redes) em unidades super-ordenadas e subordinadas.

O arranjo óptico-ambiente não é constituído por partes homogêneas (Gibson, 1979/1986, p. 52). Partes homogêneas de uma luz ambiente não contém informações, porque não há diferenças nas suas várias direções, nem transição (mudança), nem mesmo gradação de intensidade. Portanto não há estrutura nem arranjo devido a ausência de ângulos visuais. Ou seja, a detecção da informação (percepção dos eventos) está na apreensão da invariância nas variâncias (ou distúrbios) que ocorrem na estrutura do arranjo óptico ambiente. É importante dar atenção à distinção feita por Gibson (1979/1986, p. 102), entre eventos no mundo e informações na luz que correspondem a estes eventos. Segundo este pesquisador, o fluxo dos eventos é material, porém nossa percepção do fluxo é imaterial. Conseqüentemente vemos ocorrências de eventos cujos componentes são materiais, mas os detectamos na informação através da luz de acordo com nossos estados disposicionais ou *affordances*. Portanto, possibilitamos obstruções na percepção. Embora o indivíduo perceba o meio, ele pode criar subterfúgios porque a percepção dos fatos, além de imaterial, não está congelada em um tempo e espaço: ela faz parte do fluxo temporal e espacial dos eventos que são detectados como informação. Desta forma, retomando o caso de John Dean, ele pôde acrescentar interpretações fatuais aos eventos que realmente sucederam. Como também o oficial alemão pôde não aceitar a informação, baseando-se em seus conhecimentos anteriores do inimigo que o permitiram subestimá-lo e distorcer o relato do fato.

Segundo Gibson, (1979/1986, p. 73), a estrutura invariante só é percebida em contraste com o fluxo. Quando o ponto de observação se move há uma estrutura superficial que se move e uma estrutura básica que se mantém invariante. O que se move torna-se diferente de acordo com o ponto de vista que é percebido, e não porque passou a ser algo diferente. A própria alteração de intensidade ou na direção do foco de luz gera mudança estrutural. Por isso Gibson diz, (1979/1986, p. 87): “Invariantes de estrutura não existem exceto

em relação às variantes”. Para exemplificar esta relação entre as invariâncias e variâncias estruturais gerando auto-enganofatual, podemos citar o exemplo apresentado por Goleman (1979/1986, p. 18) a respeito da não aceitação do quartel-general russo sobre o início do ataque dos alemães na Segunda Guerra. Eles consideraram a informação de seus soldados como uma loucura ou alucinação. Os oficiais não estando capacitados a aceitar tal ocorrência, atribuíram aos seus soldados um distúrbio de percepção dos fatos devido à dinâmica do deslocamento, e mesmo dos padrões invariantes como, por exemplo, os uniformes.

Para Gibson (1979/1986, p. 87), os aspectos que persistem no ambiente terrestre são “os layout de suas superfícies e os reflexos da luz destas superfícies”. Estas estruturas invariantes especificam as beiradas e os cantos de oclusão reversíveis, como também cores das superfícies (1979/1986, p. 89). De acordo com este pesquisador, a persistência dos layouts da superfície se deve à resistência e rigidez proporcionada por substâncias suficientemente sólidas. Os reflexos das superfícies resultam da pouca interferência química com o ar que as substâncias sofrem por serem, em sua maioria, inertes. Assim, as superfícies das substâncias mantém a mesma composição cromática e acromática. Na realidade microscópica, diz Gibson (1979/1986, p. 87), a textura e os conglomerados de elementos componentes (layout e reflexos) das superfícies das substâncias se fundem. Ou seja, “pondo isto de forma diferente, a textura do layout e a textura do pigmento [na superfície da substância] tornam-se inseparáveis.” Assim, “as faces” do mundo percebido são coloridas. As cores que são vistas encontram-se juntas em arranjos, e não sozinhas, como formas puras. Este conjunto de cores é uma estrutura invariante que dá base para a estrutura das sombras que se movimentam devido ao deslocamento do foco luminoso (o sol, por exemplo) e o movimento do observador. Essas variâncias permitem que o sujeito perceba incorretamente um fato. Retomando o caso do

quartel-general russo, a possibilidade de uma má percepção foi um dos fatores que auxiliaram os oficiais, propensos a distorcer os fatos, a desconsiderarem as informações de seus soldados.

Outros exemplos de invariâncias, citados por Lombardo, em sua obra *The reciprocity of perceiver and environment*, (1987, p. 218-9), são os gradientes de tamanho⁷, de densidade de textura⁸ e, de movimento ou deformação⁹ que possibilitam a visão de profundidade sem que haja alteração na percepção detectada. A linha do horizonte é outro referencial de extrema importância. De acordo com Gibson, (1979/1986, p. 163), a linha do horizonte é “(...) uma invariante de qualquer e de todos os arranjos ambientes, de qualquer e de todos os pontos de observação.” Por estar em todo lugar, serve como referência para o movimento dos animais quando todas as outras estruturas do arranjo de luz ambiente alteram. Além do mais, como “é perpendicular à força da gravidade”, estabelece a referência de posição para todas as coisas, sendo uma fonte de informação importante para a percepção dos objetos. Como não é concretamente existente, tem seu aspecto subjetivo com relação ao observador e objetivo na medida que faz parte do meio ambiente. Para Gibson, (1979/

⁷ Gradiente de tamanho: a projeção ótica para um olho contém um gradiente de diminuição de tamanho das estruturas de objetos em distâncias crescentes a partir do observador.

⁸ Gradiente de densidade de textura: a projeção ótica de um olho contém um gradiente de aumento de densidade de textura para superfícies que recuam em distância a partir do observador.

⁹ Gradiente de movimento ou deformação: como um observador move através de uma superfície as figuras projetadas das estruturas do meio-ambiente mais próximas ao observador apresentam velocidade máxima relativa através da retina, como também escala máxima de expansão; enquanto para estruturas mais afastadas as figuras projetadas apresentam velocidade e escala de expansão mínimas relativas. Se um observador está se afastando de uma estrutura do meio ambiente, o tamanho projetado decresce - quanto mais longe, mais devagar é a contração ótica.

1986, p. 164), o horizonte não é “subjetivo nem objetivo; ele expressa a *reciprocidade* entre observador e meio ambiente: ele é uma invariante da ótica *ecológica*”. Essas invariâncias possibilitam o reconhecimento do inimigo pelos soldados russos, como também possibilita a detecção do avião inimigo pelos soldados alemães.

Portanto, são as invariantes que guiam o movimento do animal, e dão coerência às informações. Essas invariâncias não são detalhes que compõem o meio, mas componentes estruturais como os gradientes que “são explorados em grandes ângulos” (1979/1986, p. 246). Embora a estrutura do arranjo ótico seja individual, pois só um observador pode ocupar um determinado lugar, ela pode ser partilhada por inúmeros animais na medida que eles se deslocam trocando de lugar constantemente. Assim, “todos os observadores perceberão o mesmo mundo”. Conseqüentemente, terão as mesmas informações que os levarão a agir de forma semelhante, segundo sua espécie, no meio ambiente. Porém, em cada ponto de observação, o animal que o ocupa, não somente percebe informação no meio, como também percebe a si mesmo (*propriospecific information*), “e esta informação *não pode* ser dividida com outros observadores” (1979/1986, p. 111). Neste caso, esta informação é subjetiva e sujeita às interferências emocionais. Este aspecto é que possibilita o auto-engano de Dean. Só ele poderia ocupar o seu lugar no encontro com Nixon, e ao fazê-lo, carregava consigo todo o seu estado emocional propenso a melhorar as condições em que se encontrava.

Diz Gibson (1979/1986, p. 112), que temos nosso ego “escondido” atrás do que percebermos a nossa volta. Temos, subentendido em nossa percepção, todo o aparato físico que dá sustentação à percepção: a cabeça, o corpo, os membros e as extremidades (1979/1986, p.114). Também percebemos nossos movimentos, nossos sons, cheiros e sabores, tocamos as partes do corpo, mas não como algo isolado do meio. Toda nossa percepção

do eu está vinculada à percepção do meio: "As duas fontes de informação coexistem" (1979/1986, p.116). Para Gibson, não há separação, dualismo, entre o eu e o meio; um está interligado ao outro, enquanto fontes de informação para a percepção. Assim, se por um lado (Gibson, 1979/1986, p. 129) as *affordances* meio/organismo são reais e objetivas, por estarem vinculadas à existência do sistema, por outro, o valor e o significado das coisas em potencial no meio podem ser subjetivos ou objetivos de acordo com o reconhecimento e uso que os animais lhes atribuem. Para Gibson, esta dicotomia entre subjetivo e objetivo, não tem sentido na *affordance*, pois todos os eventos no meio dependem da inter-relação entre meio e organismo que se ajustam como um todo permitindo uma percepção acurada. Porém, apresentando uma ressalva a Gibson, acreditamos que se podemos considerar a informação percebida como uma fonte confiável, também devemos levar em séria consideração as possíveis distorções que nosso aparato disposicional está capacitado a empreender ao tentar nos proteger.

Talvez possamos dizer que o auto-engano provém do medo da rejeição do outro que me impede de aceitar o que percebo. Mas, sem dúvida, percebemos os fatos como tais, porque, ao perceber, nosso estímulo para informação é direto, não deixando lacunas para interpretações, nas quais representações mentais poderiam interferir. Portanto, quando nos auto-enganamos, encontramos-nos no estágio em que nosso estado disposicional já rejeitou afirmar o que nos magoaria, embora esta negação nos traga, em algum grau, conflitos e insegurança.

Retomando a definição de auto-mentira de Arruda (1998, p. 169), sem contudo obedecer a seqüência apresentada pelo filósofo, podemos concluir que: a) se temos a propensão de afirmar P, não por estarmos mentindo para os outros, mas por queremos acreditar no que dizemos; b) se mantemos nossa afirmação porque nosso estado disposicional nos capacita a afirmar os fatos de

forma distorcida para nos proteger da dor que a verdade nos causa: então c), são os fatos apresentados na relação *affordances* do meio conosco que nos impossibilitam acreditar com convicção no que afirmamos. Esta é a razão da dúvida que permanece no auto-engano. É importante ressaltar, entretanto, que não mantemos a posição de auto-engano de forma premeditada: não há intenção consciente nesta atitude.

Deste modo, se o auto-engano se dá numa ação que distorce a percepção do fato, tendo como motivo o nosso estado disposicional, propenso a nos proteger, podemos dizer que não há propriamente um processo mental intermediando a relação direta entre sujeito e fato. Há sim, um processo mental como parte integrante do estado disposicional do indivíduo que o capacita a tal ação.

MORAIS, Sonia Ribeiro. The invariances of the direct perception and the factual self-deception. **Averso do Averso**: Revista Educação e Cultura, Araçatuba, v.3, n.3, p. 24 - 38, jun. 2005.

Abstract: The objective of this analysis is to relate the factual self-deception, considered as a perceptive failure, with the invariances, that is, stable structures presented from the view of the direct perception. The focus of this work is on the perception field, being that, the immediate and conscious relation between organism and environment, through which, the organism attains information for its survival. With the aim of delimitating the analysis, among the senses of perception, we shall place the focus on the vision due to the importance the human being attributes to it.

Key words: factual self-deception; invariances and variances; direct perception

Referências Bibliográficas

ARENDT, H. **Condition de l'homme moderne**. Paris: Calmann-Lévy, 1961.

ARRUDA, A.T.M. **Uma análise do auto-engano fatural**. In: GONZALES, M.E.Q., BROENS, M.C. (Org.), **Encontro com as ciências cognitivas**. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 1998.

_____ **Identidade pessoal, papel social e auto-engano valorativo**.

_____ **Identity, self-deception and social role**.

_____ **Identidade, liberdade e auto-engano**.

EYSENCK, M.W., KEANE, M.T. **Questões teóricas na percepção**. In: **Psicologia cognitiva: um manual introdutório**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GIBSON, J.J. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton Mifflin, 1979/1986.

GOLEMAN, D. **Mentiras essenciais, verdades simples: a psicologia da auto-ilusão**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LOMBARDO, T.J. **The reciprocity of perceiver and environment: the evolution of James J. Gibson's ecological psychology**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1987.

RYLE, G. **The concept of mind**. Victoria: Penguin Books, 1949.